Revista TOMO, São Cristóvão, v. 45, e25161, 2026
DOI:10.21669/tomo.v45.25161
Dossiê: Sociologia econômica no Brasil: reconfigurações dos mercados e disputas de poder
E-ISSN:2318-9010 / ISSN:1517-4549

PARECER A

Artigo ID: 25161
Completo em: 2026-06-21 05:32 PM
Recomendação: Correções Obrigatórias

O artigo aborda um objeto relevante e mobiliza um conjunto de fontes potencialmente rico para compreender a trajetória do Insper e a crescente influência de determinados economistas na produção de diagnósticos sobre o Brasil e na formulação de políticas públicas. No entanto, o texto ainda carece de maior delimitação analítica e metodológica.
A constituição do Insper como uma "escola do poder" aparece como a questão central do artigo, mas não fica claro como os diferentes temas mobilizados ao longo da análise contribuem para explicar esse fenômeno. A atuação de economistas como intelectuais públicos, a expansão da racionalidade econômica e o papel da filantropia ocupam lugar importante na argumentação, mas sua função analítica nem sempre é explicitada. Isso produz certa dispersão e dificulta identificar o argumento principal do texto. Seria importante definir com maior precisão o problema de pesquisa e explicitar como esses diferentes elementos se articulam à explicação proposta já na introdução, organizando a exposição a partir desse eixo.
A afirmação de que "a oposição entre social e econômico é um pressuposto basilar da sociologia econômica" merece revisão. Embora seja possível identificar uma oposição histórica entre a disciplina econômica e as ciências sociais, tema discutido em trabalhos clássicos como Dirty Hands versus Clean Models, a sociologia econômica não parte da oposição entre social e econômico. Ao contrário, grande parte da literatura da área procurou justamente demonstrar como fenômenos econômicos são socialmente produzidos, organizados e legitimados. Além disso, o texto utiliza diferentes sentidos para a categoria "social", por vezes referindo-se ao campo das políticas sociais e, em outros momentos, ao social enquanto domínio de relações historicamente construídas, sem explicitar essa distinção. Como essa oposição desempenha papel importante na construção do argumento, seria importante desenvolvê-la de forma mais consistente.
O mesmo vale para a interpretação segundo a qual esses economistas teriam passado a atuar como intelectuais públicos. O artigo sugere que essa posição decorre da segurança proporcionada por determinadas formas de conhecimento e de uma decisão a partir dos atores (“É pela segurança de terem descoberto a razão que subjaz ao Brasil que os economistas passaram a intervir na mídia como intelectuais públicos, isto é, como portadores dos interesses gerais”), mas não discute suficientemente os mecanismos sociais que produzem essa autoridade. A literatura sobre economistas, *expertise* e elites mostra que a capacidade de intervir legitimamente no debate público depende de fatores como trajetórias acadêmicas, redes institucionais, circulação internacional, inserção em burocracias estatais, vínculos com meios de comunicação e conexões com grupos econômicos e políticos. Nesse ponto, o diálogo com estudos sobre os economistas no poder poderia contribuir para explicar não apenas as ideias mobilizadas, mas também as condições sociais que tornam possível sua circulação e autoridade (a própria Elisa Klüger, que é citada).
Diversas afirmações centrais do texto também demandam maior sustentação empírica. A afirmação de que os economistas contemporâneos constroem problemas e soluções compatíveis

com as reivindicações de um Brasil democrático, em contraste com economistas do período da ditadura militar, por exemplo. Caso o argumento seja o de que houve uma transformação importante na forma de atuação e legitimação desses economistas no contexto democrático, que se expressa na trajetória institucional do Insper, seria interessante demonstrar mais claramente essa mudança ao longo do tempo.

Outro ponto que mereceria maior problematização é a discussão sobre filantropia. Em diferentes passagens, o artigo parece incorporar a autodescrição dos próprios atores ao tratar o financiamento filantrópico como fonte de independência, imparcialidade ou liberdade de pesquisa. As fundações mencionadas não apenas financiam pesquisas, mas também contribuem para definir agendas temáticas, apoiar programas de formação, qualificar gestores públicos e produzir determinadas formas de intervenção sobre problemas sociais. Nesse sentido, o artigo poderia se beneficiar de uma análise mais distanciada da ideia de desinteresse filantrópico, baseado mais em capital cultural do que econômico. A passagem em que se menciona a ambição institucional de que o país possa vir a ser governado por ex-alunos do Insper sugere uma relação mais complexa.

As jornadas de 2013 aparecem como um ponto de inflexão central para a análise, estruturando a narrativa que vai até o terceiro governo Lula, passando pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, pela Lava Jato e pelas reformas do governo Temer. Entretanto, o texto não explicita se essa centralidade emerge das fontes analisadas ou se decorre de uma escolha analítica da autoria. Essa distinção é importante do ponto de vista metodológico. Caso se trate de uma interpretação construída pela autoria, seria necessário justificar de forma mais explícita por que 2013 constitui uma ruptura mais relevante para o argumento do que outros marcos possíveis da história recente brasileira, como a Constituição de 1988, o Plano Real, a consolidação do tripé macroeconômico, entre outros.

As fontes de dados são explicitadas, mas não há menção à metodologia adotada para a análise. Necessário justificar a escolha do Insper como objeto de análise.

Por fim, alguns aspectos formais merecem revisão. Sugere-se reduzir a introdução, apresentando de forma direta o problema de pesquisa e a estrutura do texto, reservando o detalhamento institucional do Insper para as seções subsequentes. Também é importante revisar as referências bibliográficas, corrigindo inconsistências, referências incompletas (como no caso de Habermas, p. 3), referências do chatgpt, referências que não aparecem como nota de rodapé, etc. O texto excede os limites de caracteres indicados pela revista para o resumo e para o texto completo. Além de realizar uma revisão geral de redação e normalização do texto, necessário revisar as orientações da revista para a formatação dos artigos.